



Escritórios Associados



JUCESP PROTOCCLO
0.092.936/15-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DE
VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - EPP
CNPJ nº 00.855.265/0001-71**

Pelo presente instrumento particular de Re-Ratificação da Alteração e Consolidação Contratual, **PAULO ALEXANDRE SALOMÃO**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, separado judicialmente, nascido aos 08/09/1966, do comércio, portador da Cédula de Identidade nº 9.834.710 SSP/SP e inscrito no C.P.F.(MF) sob o nº 092.894.698-38, **LENIR JORGE SALOMÃO**, brasileira, natural de Petrópolis - RJ, viúva, nascida aos 14/12/1933, do comércio, portadora da Cédula de Identidade nº 7.916.400 SSP/SP e inscrita no C.P.F.(MF) sob o nº 219.676.848-04, ambos residentes e domiciliados na Rua José Alves de Oliveira, nº 44, Belenzinho, São Paulo, SP, Cep.: 03021-240.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada **VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - EPP**, com sede social na Av. Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, nº 652, Parque Novo Mundo, São Paulo, SP, Cep.: 02177-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 00.855.265/0001-71, cujo contrato social encontra-se arquivado junto a Junta Comercial do Estado de São Paulo - **JUCESP** sob o nº 352.133.702-38, em sessão realizada em 04/10/1995 e última alteração contratual arquivada sob o nº 455.788/14-5 em sessão realizada em 10/11/2014, resolvem de comum acordo, re-ratificar a alteração e consolidação contratual nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Por força do presente instrumento de re-ratificação, retifica-se a Cláusula 1ª da Consolidação Contratual arquivada na JUCESP sob o nº 455.788/14-5 em sessão realizada em 10/11/2014, que fica assim redigida:



Escritórios Associados

A sociedade girará sob o nome empresarial de "**VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - EPP**" e terá sua sede social na Cidade de São Paulo, na Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, nº 652, Parque Novo Mundo, São Paulo, SP, Cep.: 02177-000.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas e condições da Alteração e Consolidação Contratual não mencionadas no presente instrumento e diante da re-ratificação acima e das disposições contidas na Lei nº 10.406/02, os sócios de comum acordo resolvem **CONSOLIDAR** o Contrato Social, que passará a reger-se sob as cláusulas e condições seguintes:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - EPP

CLÁUSULA 1ª - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

A sociedade girará sob o nome empresarial de "**VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - EPP**" e terá sua sede social na Cidade de São Paulo, na Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, nº 652, Parque Novo Mundo, São Paulo, SP, Cep.: 02177-000.

Parágrafo primeiro: A sociedade funcionará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 2ª - DO CAPITAL SOCIAL



Escritórios Associados

O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional e distribuídas entre os sócios na seguinte proporção:

A – PAULO ALEXANDRE SALOMÃO	15.000 quotas	R\$ 15.000,00	30%
B – LENIR JORGE SALOMÃO	35.000 quotas	R\$ 35.000,00	70%
=====			
TOTAL	50.000 quotas	R\$ 50.000,00	100%

Parágrafo único: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 3ª - DO OBJETO

A sociedade terá por objetivo social a atividade de indústria e comércio de embalagens, artefatos de plásticos e prestação de serviços de personificação, impressão flexográfica e silk-screen.

Parágrafo único: A sociedade poderá participar em outras empresas, podendo expandir seu objeto mediante contrato aditivo, desde que haja interesse por parte de todos os sócios ou da maioria do capital social.

CLÁUSULA 4ª - DA INDIVIDUALIDADE E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de



Escritórios Associados

condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 5ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade será administrada, isoladamente, pelo sócio **PAULO ALEXANDRE SALOMÃO**, cabendo a ele a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial ou extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, bem como o uso do nome empresarial, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

Parágrafo único: Em havendo necessidade e/ou interesse dos sócios administradores, estes poderão designar ou destituir administrador estranho aos quadros sociais, desde que atendidos os requisitos legais, podendo, também, de forma conjunta e/ou isoladamente, nomear procuradores com fins e prazos específicos, salvo as procurações "ad judícia" que, se necessário, serão por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 6ª - DA ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, sucursais ou outras dependências, mediante alteração contratual, que deverá ser assinada por todos os sócios ou pela maioria representativa do capital social.

CLÁUSULA 7ª - DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE E/OU DIVIDENDOS



Escritórios Associados

Ambos os sócios poderão, mensalmente, efetuar uma retirada a título de pró-labore de acordo com a legislação vigente e a conveniência da sociedade.

Parágrafo primeiro: Os valores de retirada de pró-labore e/ou dividendos serão determinados mensalmente de acordo com a capacidade financeira da sociedade e os resultados apurados pela mesma.

Parágrafo segundo: Ambos os sócios participarão dos lucros e das perdas na proporção de suas respectivas quotas de capital.

CLÁUSULA 8ª - DO BALANÇO PATRIMONIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e o de resultado econômico e efetuada a apuração dos resultados, com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo primeiro: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

Parágrafo segundo: A sociedade poderá, no curso do exercício, distribuir lucros, por conta do mesmo período, mediante levantamento de balanços intermediários, para esse fim.

Parágrafo terceiro: Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social ou através de acordo firmado entre os mesmos, distintamente da participação no quadro societário.



Escritórios Associados

CLÁUSULA 9ª - DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS

No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido, caso estes manifestem a sua intenção de nela permanecer, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ocorrência do óbito, caso contrário, os haveres do sócio falecido serão apurados com base em balanço especial levantado para esse fim e pagos a quem de direito, em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, devidamente corrigidas por índice oficial, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a data do balanço.

Parágrafo primeiro: O sócio que vier a ser considerado incapaz poderá permanecer na sociedade, desde que assistido ou representado, conforme o caso.

Parágrafo segundo: O procedimento adotado para apuração de haveres, em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios, será o mesmo previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA 10ª - DA EXCLUSÃO DO SÓCIO

A maioria representativa de mais da metade do capital social, poderá excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo primeiro: A exclusão de que trata esta cláusula será determinada em reunião dos sócios quotistas convocada para esta finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia.



Escritórios Associados

Parágrafo segundo: O valor da quota do sócio porventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será paga ao mesmo em moeda corrente nacional dentro de noventa dias, com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificada em balanço especialmente levantado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

Parágrafo terceiro: Os sócios remanescentes poderão optar pelo suprimento da quota do excluído ou pela redução do capital social, conforme a deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

CLAUSULA 11ª – DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, cujos sócios deverão ser convocados por qualquer meio idôneo que comprove o seu efetivo recebimento.

Parágrafo único: Comprovada a legal convocação dos sócios, as deliberações serão tomadas e validadas independentemente da presença ou não dos sócios convocados.

CLÁUSULA 12ª - DO CONSELHO FISCAL

Em vista do número de sócios, fica estabelecido que a sociedade não terá Conselho Fiscal.

CLÁUSULA 13ª - DO NÃO IMPEDIMENTO



Escritórios Associados

Os sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA 14ª - DO FORO

Todos os casos omissos serão regulados pela Lei nº 10.406/2002, ficando eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual forma e teor, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado.

São Paulo, 09 de dezembro de 2014.




PAULO ALEXANDRE SALOMÃO



LENIR JORGE SALOMÃO

TESTEMUNHAS

José Carlos Alves
RG: 8.672.412-5 SSP/SP



Roberto Lucas da Silva
RG: 18.857.525-X SSP/SP

